

UMA APOSTA NA GARANTIA DA QUALIDADE: A AVALIAÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES NO IST¹

ABSTRACT

The last 3 years have been marked by a deep reflection on the Portuguese Higher Education, leading to an evaluation, revision and reformulation of many processes related to this issue. Within the quality assurance processes, a new legal framework on quality assessment of Higher Education was published and an Assessment and Accreditation Agency was created. In a continuous process of adaptation to the challenges that are taking place in this context, and in the scope of the quality culture developed in the School throughout the last decade, the construction of an Integrated Quality Assurance System for IST (SIQuIST) was initiated. The purpose of this system is to articulate the quality assurance of some processes with the main School's fields of action, addressing not only the challenges of the new legal framework, but also adopting the best European practices in this area. The first step towards this aim, and the main focus of this presentation, was the development of a (sub)system to ensure the quality of the curricular units taught at IST programmes (QUC).

Keywords: Higher Education, quality assurance systems, curricular units

RESUMO

Os últimos 3 anos foram marcados por uma profunda reflexão sobre o Ensino Superior Português, conduzindo a uma avaliação, revisão e reformulação de muitos processos relacionados com esta realidade. No campo dos processos de garantia da qualidade, o resultado traduziu-se na publicação de um novo regime jurídico de avaliação do Ensino Superior e na criação de uma Agência de Avaliação e Acreditação.

Num processo contínuo de adaptação aos desafios que se colocam neste contexto, e no âmbito da cultura de qualidade desenvolvida na Escola ao longo da última década, o IST iniciou a construção de um Sistema Integrado de Qualidade (SIQuIST). Com este sistema pretende-se articular a garantia da qualidade dos vários processos relativos às principais áreas de actividade da Escola, com particular enfoque no Ensino/Aprendizagem, respondendo não só aos reptos da nova legislação em vigor, mas assegurando também a convergência para as melhores práticas europeias neste campo. O primeiro passo tomado neste sentido, e sobre o qual incidirá esta exposição, foi o desenvolvimento de um Subsistema de Garantia da Qualidade das Unidades Curriculares dos cursos do IST (QUC).

Palavras-chave: Ensino Superior, Sistemas de Garantia de Qualidade, Unidades Curriculares

¹ Artigo submetido, aprovado e apresentado no Congresso "Modelos de Gestão e Governação do Ensino Superior – Uma perspectiva Global", Setembro de 2008, por Carla Patrocínio, Núcleo de Estatística e Prospectiva do IST (carla.patrocinio@ist.utl.pt) e Marta Pile, Gabinete de Estudos e Planeamento do IST (marta.pile@ist.utl.pt)

1. INTRODUÇÃO

O novo sistema de avaliação do Ensino Superior (ES) visa garantir a qualidade das instituições, a transparência e comparabilidade dos seus programas de ensino a nível internacional, e ainda a mobilidade dos seus docentes e alunos, através do desenvolvimento de um sistema de avaliação compatível com as melhores práticas internacionais, em que a avaliação exterior e independente, é obrigatória e serve de base ao processo de acreditação das instituições e dos seus cursos (MCTES, 2007).

Consciente da conjuntura que se vive no contexto do ES português, em particular, que:

- falar do processo de Bolonha é falar, inevitavelmente, de sistemas de garantia da qualidade;
- qualquer um dos processos de avaliação sistémica da qualidade, levados a cabo por organizações internacionais têm como recomendações a necessidade de promoção da qualidade e excelência nos sistemas de ES como catapulta para alcançar níveis superiores de qualidade e excelência;
- a inevitabilidade das mudanças que se avizinham, nomeadamente, a resposta ao imperativo legal de preparar um processo de Auto-Avaliação e de desenvolver um sistema interno de garantia da qualidade, conforme previsto na lei de avaliação da qualidade no ES (Lei 38/2007), e o impacto que os processos de avaliação poderão vir a ter nas Instituições de Ensino Superior;

o IST promoveu um processo de reflexão ao nível da Escola sobre a sua política de qualidade, visando a adaptação das melhores práticas europeias de qualidade e a concretização das directrizes previstas para a qualidade no ES português. Como resultado deste processo, ainda em curso, foram lançadas as pedras basilares de um Sistema Integrado para a Qualidade no Instituto Superior Técnico (SIQuIST), cujo primeiro módulo - Subsistema de Garantia da Qualidade das Unidades Curriculares dos cursos do IST (QUC) – será reportado neste trabalho. O objectivo limite deste processo de reflexão, e directrizes que dele imanarem, é elevar ao seu expoente máximo a cultura de qualidade já enraizada nesta instituição.

2. SISTEMA INTEGRADO DE GARANTIA DA QUALIDADE DO IST (SIQUIST)

Desde 1993 que o Instituto Superior Técnico (IST) tem promovido a realização de exercícios de avaliação do desempenho da actividade de ensino e procura que estes tenham uma repercussão efectiva na melhoria dos processos, dos resultados dos seus cursos e do desempenho dos seus docentes. Os pontos fulcrais desta constante procura encontram-se sintetizados na figura seguinte, com a devida contextualização a nível europeu e nacional.

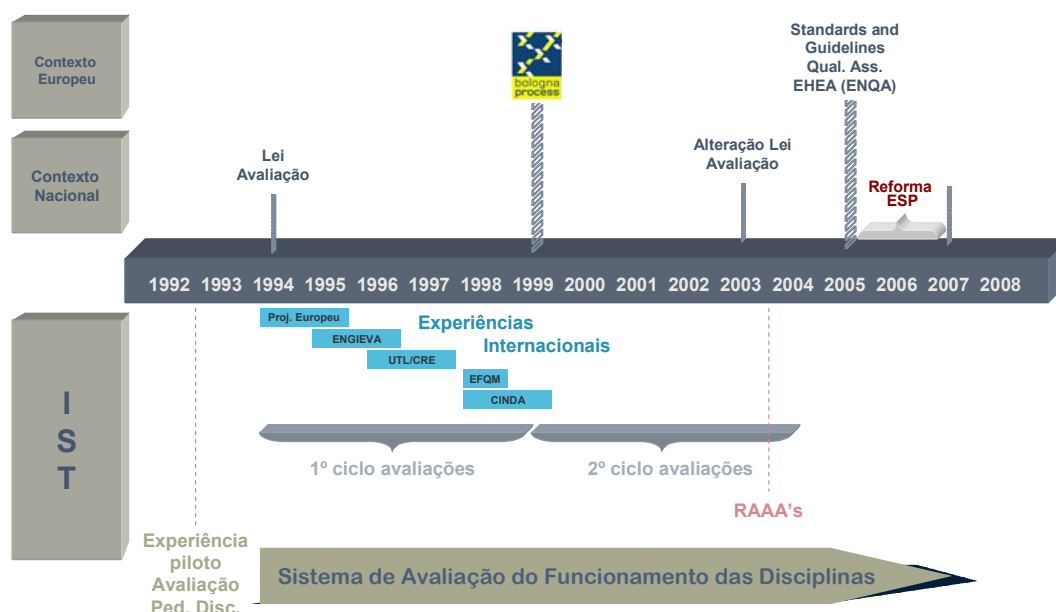


Figura 1: Resenha histórica dos processos de avaliação da qualidade do IST

As práticas e os procedimentos desenvolvidos ao longo do tempo traduziram-se num conjunto de processos institucionalizados na Escola que reflectem o desenvolvimento de uma cultura de qualidade, especialmente ao nível académico. A figura seguinte reflecte o percurso tomado na senda da qualidade no contexto desta instituição, antevendo o que se pretende para o futuro, um Sistema Integrado para a Qualidade no Instituto Superior Técnico (SIQuIST).



Figura 2: O Caminho da Qualidade no IST

Com tal sistema não se pretende um modelo estático a aplicar apenas uma vez, mas sim um processo de melhoria da qualidade contínuo, com uma revisão cíclica dos resultados, não apenas ao nível do processo de ensino/aprendizagem, o principal foco dos processos desenvolvidos até à data, mas da instituição como um todo, numa aferição total do cumprimento da sua missão e objectivos.

Com este projecto pretende-se um sistema credível e efectivo, que imprima a melhoria contínua e o reajustamento, em tempo real, dos processos internos, salientando que o desenvolvimento do SIQulIST e a permanente preocupação com a garantia da qualidade integram-se *per si* nas normas e directrizes das melhores práticas europeias para a garantia da qualidade. Paralelamente, o desenvolvimento de tal ferramenta revela-se crucial para os processos de Avaliação e Acreditação da escola e dos seus ciclos de estudos, tal como previsto na legislação, ao promover uma cultura de qualidade global e integrada, que permita interligar os objectivos estratégicos da escola com os seus objectivos operacionais.

3. (SUB)SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE DAS UNIDADES CURRICULARES (QUC)

O primeiro grande passo do IST rumo ao desenvolvimento de uma cultura de qualidade foi a construção do sistema de avaliação do funcionamento das disciplinas dos seus cursos. Aplicado sistematicamente desde 1993 nos cursos de Licenciatura da Escola, este sistema enfatizava essencialmente a função sumativa do processo, fornecendo sobretudo indicadores de alerta para situações problemáticas.

A mudança de paradigma no ensino introduzido pela adaptação ao processo de Bolonha, a par com o novo regime jurídico de avaliação da qualidade do Ensino Superior, conduziu a uma revisão e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, tornando-se imprescindível a reformulação deste sistema. Nesta reformulação pretendeu-se privilegiar a função formativa, de aquisição de competências por parte dos Alunos e de desenvolvimento dos próprios Docentes, fornecendo pistas sobre como inovar nos processos de ensino e aprendizagem, e promover uma maior mobilização dos resultados obtidos na definição de planos de acção, contribuindo desta forma para uma melhoria efectiva e contínua da qualidade do ensino e aprendizagem no IST.

Foi com esta perspectiva que se desenvolveu um conjunto de directrizes com vista à construção de um novo Sistema de Garantia da Qualidade das Unidades Curriculares do IST (QUC), integrado num outro mais abrangente – SIQuIST. Com este novo sistema, mais do que responder a imperativos externos, pretende-se garantir a existência e divulgação de informação actualizada que promova uma avaliação do funcionamento do ensino no IST, e criar mecanismos de retorno que por sua vez permitam uma melhoria das condições de trabalho e do desempenho de todos os elementos envolvidos no processo educativo.

3.1 Objectivos, metodologia e fontes de informação

No âmbito de uma política de qualidade² que estimule a investigação pedagógica, a inovação nas práticas de ensino e a (auto) formação dos Docentes, o QUC prevê uma avaliação semestral de cada uma das Unidades Curriculares (UC) dos cursos do IST, com os seguintes objectivos centrais:

- a monitorização do funcionamento de cada UC face aos objectivos para ela estabelecidos nos planos curriculares dos cursos oferecidos pelo IST;
- a promoção da melhoria contínua do processo de ensino, aprendizagem e avaliação do Aluno e do seu envolvimento nos mesmos.

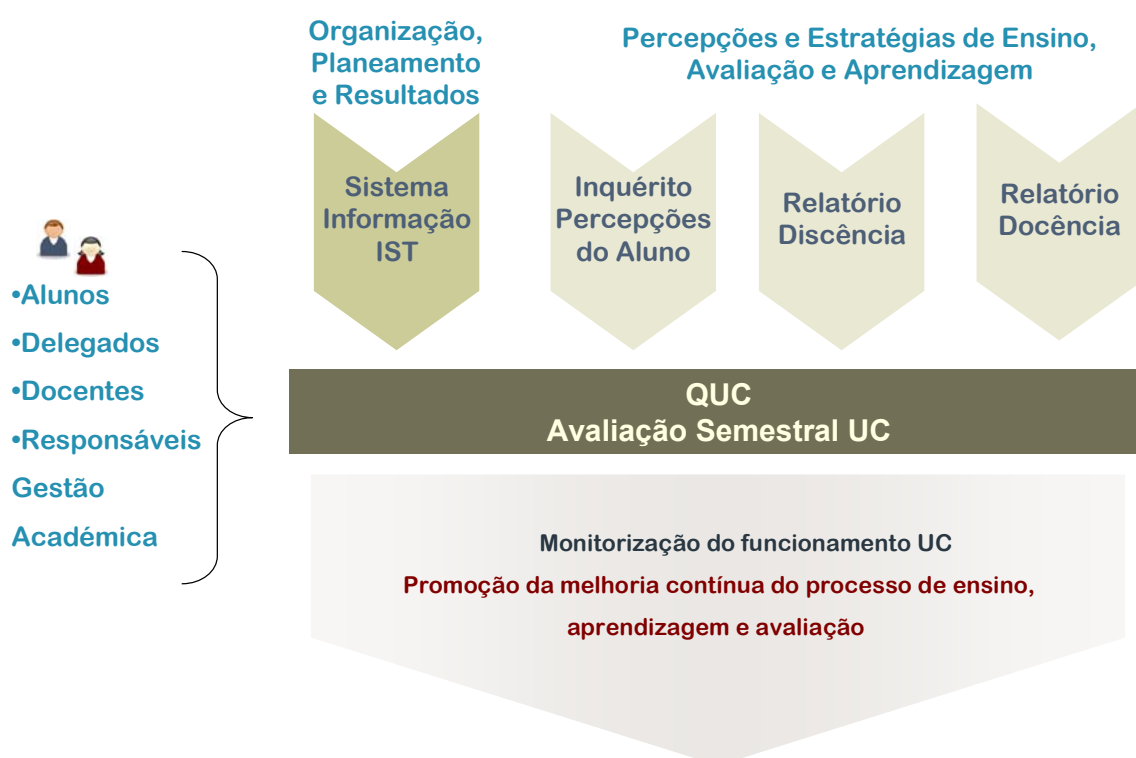


Figura 3: QUC

² Conforme nova legislação sobre a avaliação da qualidade do ensino (Lei 38/2007).

Da responsabilidade do Conselho Pedagógico, a avaliação do funcionamento de cada UC conta com a participação dos vários intervenientes no processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente: Alunos, Docentes, Delegados de curso e responsáveis pela gestão académica.

Considerando que qualquer dispositivo de avaliação deverá contemplar fontes e instrumentos de avaliação diversificados que permitam confrontar as diversas informações, o sistema não se limita a uma apreciação do desempenho do corpo Docente por parte dos Alunos. São considerados outros indicadores como uma auto-avaliação dos próprios Docentes sobre os modelos de transmissão de conhecimentos adoptados ou o nível de competências técnico-científicas adquiridas pelo Aluno.

Numa perspectiva sumativa, de avaliação das condições de funcionamento das UC, procuram-se indicadores que incidam sobretudo na sua organização e planeamento incluindo os resultados em termos quantitativos.

Numa perspectiva formativa, de desenvolvimento profissional do Docente, procura-se basear a avaliação em questões mais centradas nas estratégias utilizadas – como ensinar? que ferramentas utilizar? que estratégias são mais eficazes na docência? que estratégias são mais eficazes no processo de aprendizagem dos Alunos? (Akerlind, 2007, *in* Edström, 2008, p.12).

Este modelo de avaliação tem, assim, como principais fontes de informação os conteúdos curriculares de cada UC, nomeadamente no que diz respeito à organização, planeamento e resultados atingidos em cada uma, um inquérito de opinião lançado aos Alunos, um Relatório de Discência preenchido pelos Delegados de Ano, e um Relatório de Docência preenchido pelo Responsável pela UC e respectivo corpo Docente.

Toda a recolha de informação tem como suporte o sistema informático do IST (FÉNIX), estando todos os formulários disponíveis para os diversos intervenientes no processo, a partir dos respectivos portais.

3.1.1 Organização, Planeamento e Resultados das UC

Disponível no sistema Fénix, a informação sobre a organização, planeamento e resultados das UC, é analisada em função da sua apresentação, que deverá ser clara e consistente, em função do seu conteúdo e ainda da sua disponibilização no sistema, dentro dos prazos e conforme as normas estabelecidas para o efeito. Os itens em causa são:

- objectivos e competências;
- programa e respectiva calendarização;
- carga lectiva (horas de contacto, trabalho autónomo) e créditos (ECTS);
- método e critérios de avaliação;
- bibliografia principal e secundária;
- corpo Docente;
- sumários das aulas (incluindo presenças dos alunos);
- horários das aulas e horários para o esclarecimento de dúvidas;
- resultados das provas de avaliação.

3.1.2 Percepções do Aluno sobre a Unidade Curricular

As percepções do Aluno sobre as UC são recolhidas com base num inquérito anónimo lançado no final de cada semestre, para aferição do funcionamento individual de cada UC e respectivo corpo Docente, permitindo ainda perspectivar as competências adquiridas pelos Alunos. Dado que os exames constituem uma parte fundamental de quase todas as UC, o inquérito é aplicado após o período de avaliações a todos os Alunos inscritos.

Tendo como objectivo aferir a percepção dos Alunos quanto ao funcionamento das UC, às competências adquiridas, e ao desempenho do corpo Docente envolvido na leccionação e avaliação dos Alunos, o inquérito permitirá identificar os pontos fortes e principais deficiências sentidas no processo educativo e perceber as opiniões dos Alunos sobre os diferentes aspectos do funcionamento das mesmas, contemplando:

- a utilização de um questionário único para todas as UC com modelo pedagógico baseado em aulas teóricas, de problemas ou de laboratório que

abrange 3 blocos de questões: auto-avaliação do Aluno na UC, percepção do Aluno sobre o processo de ensino e aprendizagem, e desempenho do respectivo corpo Docente;

- a utilização de um questionário específico para as UC que saem deste modelo (projecto, portfólio, seminário, dissertação), e outras devidamente assinaladas no sistema pelo Coordenador de curso.

3.1.3 Relatório de Discência

No contexto de cada ano curricular recorre-se ainda aos Delegados de Ano de cada curso, para recolher globalmente elementos relacionados com o funcionamento das UC do ano/curso em causa, nomeadamente daquelas cujo funcionamento não tenha sido satisfatório.

Cabe assim aos Delegados a identificação das UC para as quais julgue necessário o preenchimento do respectivo Relatório de Discência, sendo as componentes em análise: a carga de trabalho, a organização face aos respectivos objectivos, e o desempenho do corpo Docente na leccionação e avaliação dos alunos, procurando-se complementar a análise desenvolvida no âmbito do inquérito lançado aos Alunos.

Neste sentido, as respostas a este formulário devem basear-se no papel do Delegado de Ano que, entre outras obrigações, implica a auscultação prévia das opiniões dos alunos inscritos na UC, assumindo assim a responsabilidade do preenchimento do Relatório de Discência no final de cada semestre, apenas para as UC que não tenham tido um funcionamento totalmente satisfatório.

3.1.4 Relatório de Docência

Com este instrumento, que inclui a apresentação da informação obtida nos instrumentos referidos anteriormente, procura-se congregar informação relevante sobre as estratégias de ensino e os factores que mais terão contribuído para os resultados obtidos em cada UC no final de cada semestre.

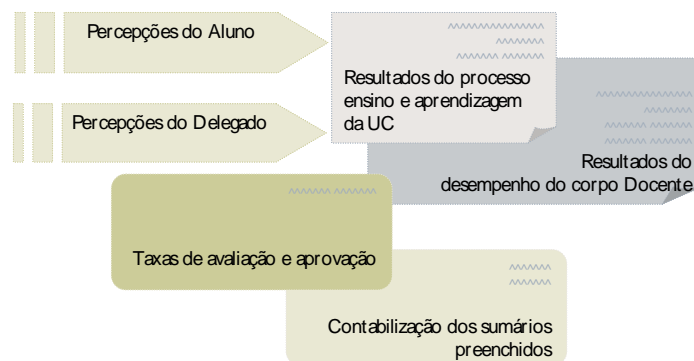


Figura 4: Informação a apresentar no Relatório de Docência

Visando uma auto-avaliação do trabalho desenvolvido pelos Docentes, este Relatório prevê um bloco de questões a serem respondidas por todos os elementos do corpo Docente e um bloco adicional direccionado apenas aos Responsáveis, o qual inclui um balanço final em termos de pontos fortes e pontos fracos e a caracterização de propostas de melhoria do funcionamento da UC.

Baseado nos novos modelos de ensino e aprendizagem, e assumindo o papel de orientador do processo de aprendizagem, os Docentes são convidados a desenvolver uma análise sobre a experiência de aprendizagem dos seus Alunos e o nível de competências desenvolvidas (Fiolhais, 2004, *in* Morais, 2005 pag. 49-50). Promove-se assim a reflexão crítica (auto-avaliação) e o desenvolvimento profissional contínuo, incentivando a caracterização de iniciativas desenvolvidas no âmbito da melhoria e inovação do processo de ensino e aprendizagem.

Em resumo, esta auto-avaliação deverá promover uma reflexão dos Docentes sobre:

- as condições de funcionamento e a evolução dos resultados obtidos;
- a promoção e desenvolvimento das competências técnico-científicas previstas nos objectivos da UC, através de uma reflexão não só sobre os conteúdos do ensino, mas também nas formas de aprendizagem utilizadas;
- as actividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da UC;
- a inventariação de um conjunto de boas práticas susceptíveis de serem divulgadas a toda a comunidade académica.

3.2 Divulgação dos Resultados e Planos de Actuação

O Conselho Pedagógico tem a responsabilidade de promover a divulgação geral dos resultados à comunidade académica. Ao possibilitar que a escola tome conhecimento regular de uma série de elementos acerca do funcionamento das UC leccionadas, consegue-se providenciar informação que facilita o reajuste de conteúdos e modos de ensino e de aprendizagem de uma forma sustentada, para além de suscitar na comunidade académica uma atitude mais participativa, crítica e responsabilizada.

O tratamento da informação e consequente produção de resultados no que se refere ao formato, tratamento estatístico, fiabilidade e níveis de confidencialidade, são da responsabilidade do Conselho Pedagógico, apoiado tecnicamente pelo Gabinete de Estudos e Planeamento e pelo Centro de Informática do IST. Cabe ainda ao Conselho Pedagógico a responsabilidade da orientação dos respectivos trabalhos e a análise das reclamações e sugestões enviadas pelos Docentes, dando-lhes o seguimento considerado adequado.

		Comunidade Académica IST	Responsáveis Gestão Académica
Percepções Alunos	Funcionamento UC	Critérios de divulgação Pública	Critérios Representatividade
	Corpo Docente		
	Par Docente/Tipo Aula		
Percepções Delegados		X	✓
Percepções Corpo Docente			
Percepção Responsável			

Figura 5: Níveis de divulgação dos resultados

O nível de divulgação dos resultados obtidos através dos vários instrumentos rege-se de acordo com os pares actor/conteúdo, conforme apresentado na Figura 5.

No final de todo o processo, a Coordenação de cada um dos cursos produz um relatório sobre os resultados semestrais das respectivas UC (RSCC), tendo por base a informação constante nos vários Relatórios de Docência.

Esse Relatório, a ser produzido num prazo de 1 mês após o término de preenchimento dos Relatórios de Docência, deverá incluir:

- um comentário global às condições de funcionamento e aos resultados atingidos nas UC do curso;
- possíveis medidas correctivas a serem adoptadas, e a respectiva calendarização (ver 3.2.1);
- a identificação de eventuais boas práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas pelos Docentes, com vista a uma sistematização e disseminação das mesmas num Manual de Boas Práticas (3.2.2).

Após análise e discussão dos vários RSCC, o Conselho Pedagógico produzirá um documento final, a ser enviado ao órgão máximo da escola, juntando-lhe as recomendações consideradas adequadas para uma melhoria efectiva dos processos de ensino, avaliação e aprendizagem no IST.

Se os procedimentos de avaliação não forem integrados num sistema global de gestão e melhoria da qualidade, os seus resultados podem ficar reduzidos a um ritual burocrático de compilação de dados. Neste sentido, é fundamental a definição de um conjunto de linhas de actuação que promovam a intervenção onde e quando necessária.

Neste sentido foram definidos procedimentos a desencadear face a resultados insatisfatórios e resultados exemplares, sendo que a explicitação destes conceitos está internamente formalizada e divulgada.

3.2.1 Procedimentos face a resultados insatisfatórios

Perante a identificação de resultados insatisfatórios nas UC, recomendam-se determinados procedimentos de actuação, com vista à resolução dos problemas detectados e à melhoria contínua dos resultados. Tais iniciativas deverão ser promovidas pelos respectivos Coordenadores de curso em conjunto com os Responsáveis pelas Unidades Académicas:

- analisar a informação disponível, que inclui a reflexão desenvolvida pelo próprio Docente nos relatórios de docência;
- caso se justifique, e/ou se a informação recolhida não for suficiente, contactar o(s) Docente(s) em causa;
- clarificar a situação apurando as razões que podem ter contribuído para tais resultados;
- definir medidas que permitam corrigir/ultrapassar eventuais deficiências detectadas e contribuir para a resolução do problema;
- informar o Conselho Pedagógico, no âmbito do RSCC, sobre o resultado das diligências efectuadas e sobre o plano de actuação proposto, incluindo a respectiva calendarização.

Este plano de actuação poderá incluir a formação dos Docentes em áreas consideradas relevantes, através de sessões de grupo ou, caso se justifique, de um acompanhamento personalizado recorrendo a técnicas de “coaching³”, cabendo aos Coordenadores de curso a identificação das áreas de desenvolvimento pedagógico.

Neste âmbito, e com vista à mobilização dos resultados obtidos, o IST promove iniciativas e disponibiliza recursos para a concretização de acções de melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, que deverão incidir nas áreas consideradas relevantes e de acordo com as necessidades identificadas (ex: planeamento e desenvolvimento curricular; planificação do ensino/aprendizagem; métodos de avaliação dos Alunos; utilização de tecnologias de informação, incluindo e-learning; técnicas de comunicação, entre outras).

3 O *Coaching* é um processo continuado e planeado de aperfeiçoamento pessoal e profissional, baseado na aprendizagem-acção. O *Coach*, no âmbito de um relacionamento de parceria e influência mútua, apoia o Docente na definição e concretização de objectivos profissionais e pessoais, utilizando as actividades de docência como situações de reflexão e aprendizagem, com vista a melhorar a respectiva auto-eficácia, desempenho, desenvolvimento, auto-confiança e realização pessoal.

Em determinadas situações, a UC poderá ser objecto de uma análise mais aprofundada (auditoria), nomeadamente:

- caso o Conselho Pedagógico entenda que as justificações fornecidas e/ou as medidas propostas no plano de melhoria da UC são insuficientes;
- caso os resultados da implementação do plano de melhoria não apresentem uma evolução positiva na execução seguinte da UC;
- caso se verifiquem resultados insatisfatórios na UC, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Pedagógico.

Este trabalho não tem como objectivo policiar os Docentes ou as suas actividades, mas sim permitir, através da verificação e validação de um conjunto de procedimentos definidos pelo IST, que o grupo de trabalho possa emitir uma opinião de aconselhamento para a Coordenação de curso, garantindo precisão e segurança na tomada de eventuais decisões.

3.2.2 Divulgação/promoção de resultados exemplares

Como factor de promoção de resultados exemplares, os Docentes que apresentem resultados nesta categoria são reconhecidos publicamente pelos Órgãos de Gestão do IST, através da construção e divulgação de um Manual de Boas Práticas, e incentivados a partilhar as suas experiências pedagógicas com a comunidade académica em eventos especificamente promovidos para o efeito, da responsabilidade do Conselho Pedagógico.

O Manual de Boas Práticas, cuja compilação deverá ser promovida pelo Conselho Pedagógico, tem como objectivo reunir um conjunto de sugestões de melhoria do ensino consideradas pertinentes e passíveis de aplicação geral. A informação terá uma ampla divulgação ao nível da escola, promovendo-se a sua discussão e reflexão em iniciativas que promovam a troca de experiências e fortaleçam a confiança e espírito de equipa entre os membros do corpo Docente, impulsionando a diversidade e a inovação ao nível das formas de ensino e aprendizagem nos cursos do IST.

4. NOTAS FINAIS

A implementação do QUC será levada a cabo, com um carácter experimental, no final do 2º semestre de 2007/08. Os resultados que emanarem desta experiência permitirão não só uma certificação/revisão dos instrumentos que o compõem e dos procedimentos a adoptar na sua exequibilidade, mas, sobretudo, um novo olhar sobre a garantia da qualidade do processo de ensino aprendizagem do ponto de vista das UC dos cursos do IST.

5. BIBLIOGRAFIA

Edström, Kristina (2008). Doing course evaluation as if learning matters most. The Royal Institute of Technology (KTH). Stockholm. Sweden.

MCTES (2007). Regime jurídico da avaliação do Ensino Superior - Lei 38/2007 de 16 de Agosto.

Morais, Natércia M.C.F. (2005). Percepções do Ensino pelos Alunos: Proposta de Instrumento de Avaliação para o Ensino Superior. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Braga.